

Capítulo 2 - Conferencias realizadas em favor da proteção ambiental

COP15: Conferencia de Copenhague Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2009

A Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2009, também chamada Conferência de Copenhague ou Cúpula de Copenhague (oficialmente United Nations Climate Change Conference ou COP15) foi realizada entre os dias 7 e 18 de dezembro de 2009, em Copenhague, Dinamarca. Esta cúpula, organizada pelas Nações Unidas, reuniu os líderes mundiais para discutir como reagir às mudanças climáticas (aquecimento global) atuais. Foi a 15ª conferência realizada pela UNCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima).

A conferência foi precedida por um congresso científico organizado pela Universidade de Copenhague intitulado Climate Change: Global Risks, Challenges and Decisions, realizado em Março de 2009. Cento e noventa e duas nações foram representadas na conferência, tornando-a a maior conferência da ONU sobre mudanças climáticas.

A reunião foi presidida por Connie Hedegaard até ao dia 16 de Dezembro, quando resignou ao cargo, sendo substituída pelo primeiro ministro dinamarquês Lars Loekke Rasmussen.

Foi considerada pela imprensa mundial como uma conferência um tanto polêmica e que não atingiu os planos de discussão almejados. O presidente Lula da Silva foi um dos destaques da conferência, sendo aplaudido quatro vezes durante seu longo discurso. Além disso o presidente brasileiro assumiu uma posição crítica na reunião e confessou sua irritação perante os temas debatidos.

A cúpula do clima em Copenhague, COP-15, não trouxe o acordo ambicioso que todas as organizações não governamentais (ONGs) reivindicavam para as negociações internacionais de políticas e ações em mudanças climáticas. Mas a mobilização da sociedade trouxe avanços significativos para a forma como a questão das mudanças climáticas será abordada de agora em diante.

Como você deve saber, a COP15 em Copenhague acabou com um comprometimento dos países em mandar seus compromettimentos voluntários até o final de janeiro. Bem, já estamos em fevereiro. Vamos dar uma olhada então em quais países já se comprometeram em reduzir emissões de gases causadores de efeito estufa e quais são suas metas.

Até agora, 57 países, incluindo os 23 da União Européia, se “associaram” ao acordo, ou listaram a si mesmo com grandes probabilidades a fazê-lo. Isso significa que eles estabeleceram uma meta voluntária de redução de emissões, e concordaram em serem monitorados por um corpo independente.

Confira abaixo algumas das nações que se comprometeram em reduzir as emissões, e suas metas:

- Índia prometeu cortes intensos de carbono de 20-25% até 2020.
- Brasil prometeu cortes de emissão de 39% dos níveis de 1990 até 2020, principalmente por meio de medidas de desacelerar o desmatamento.
- África do Sul reportou planos de submeter metas de 34% abaixo dos projetados de 2020.

- Japão reiterou o seu plano de alcançar cortes absolutos de emissões de 25% abaixo dos níveis de 1990 até 2020, desde que outros grandes emissores se comprometam com planos ambiciosos também.
- Indonésia disse que irá contemplar um corte de 26% abaixo dos níveis projetados para 2020.
- Canadá irá submeter a mesma meta que os EUA: 17% abaixo dos níveis de 2005, até 2020.
- Austrália prometeu cortes absolutos de pelo menos 5% abaixo dos níveis de 2000, até 2020, até a contingente de 25% dependendo das ações dos outros países.
- China disse que irá tentar de todas as formas diminuir as emissões de carbono por unidade de PIB por 40 a 45% até 2020, comparando-se as emissões de 2005. ” Isso com certeza permitirá que as emissões da China continuem crescendo.
- A União Européia prometeu reduzir emissões a 20% a partir dos níveis de 1990, até 2020.
- As Maldivas irão reduzir 100% de suas emissões até 2020, as tornando o primeiro país com emissões neutras.
- E, é claro, os EUA que se ofereceram a diminuir 17% dos níveis de 2005 até 2020.

Infelizmente essas promessas ainda não nos salvariam de um aumento de temperatura crítico mas é pode ser encarado como uma evolução.

Até o momento o tão chamado acordo global é apenas um pedaço de entendimento formado por promessas e compromissos voluntários. Vamos só ver (e torcer) que rumo isto irá tomar.

Clube de Roma

O Clube de Roma é um grupo de pessoas ilustres que se reúnem para debater um vasto conjunto de assuntos relacionados a política, economia internacional e , sobretudo, ao meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Foi fundado em 1968 por Aurélio Peccei, industrial e acadêmico italiano e Alexander King, cientista escocês.

Tornou-se um grupo muito conhecido em 1972 devido à publicação do relatório elaborado por uma equipe do MIT, contratado pelo Clube de Roma e chefiada por Meadows, intitulado Os Limites do Crescimento, que vendeu mais de 30 milhões de cópias em 30 idiomas, tornando-se o livro sobre ambiente mais vendido da história.

O referido Relatório tratava essencialmente de problemas cruciais para o futuro desenvolvimento da humanidade tais como: energia, poluição, saneamento, saúde, ambiente, tecnologia, crescimento populacional dentre outros.

Utilizando modelos matemáticos o MIT chegou a conclusão que o Planeta Terra não suportaria mais o crescimento populacional devido à pressão sobre os recursos naturais e energéticos e o aumento da poluição, mesmo considerando o avanço das tecnologias.

O atual presidente do grupo é o Príncipe El Hassan bin Talal da Jordânia, outros membros ativos são Benjamin Bassin, a Rainha Beatriz dos Países Baixos, Juan Luis Cebrian, Orio Giarini, Talal Halman, Javier Solana, Mugur Isărescu, Kamal Hossain, Esko Kalimo, Ashok Khosla, Martin Lees, Roberto Peccei, Maria Ramirez Ribes, Victor A. Sadovnichy, Adam Schaff, Majid Tehranian, Raoul Weiler, Anders Wijkman, Fernando Henrique Cardoso e Mikhail Gorbachev.

Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança Climática 2007

A Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança Climática é uma cúpula internacional, formada por representantes de 190 países, que acontece na ilha de Bali, na Indonésia, entre os dias 3 e 14 de dezembro de 2007.[1]

Os representantes desses países discutem as bases das negociações, a serem desenvolvidas entre 2008 e 2009, para o estabelecimento de um novo acordo que substitua o Protocolo de Quioto, quando chega ao fim a primeira fase do tratado em 2012. Possíveis compromissos firmados em Bali vão definir nos próximos anos políticas que aproximem as posições defendidas por cerca de 200 países com economias muito diferentes e que sofrerão de formas muito diferentes as consequências do aquecimento global do planeta.

Protocolo de Quioto

O Protocolo de Quioto é consequência de uma série de eventos iniciada com a Toronto Conference on the Changing Atmosphere, no Canadá (outubro de 1988), seguida pelo IPCC's First Assessment Report em Sundsvall, Suécia (agosto de 1990) e que culminou com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (CQNUMC, ou UNFCCC em inglês) na ECO-92 no Rio de Janeiro, Brasil (junho de 1992). Também reforça seções da CQNUMC.

Constitui-se no protocolo de um tratado internacional com compromissos mais rígidos para a redução da emissão dos gases que agravam o efeito estufa, considerados, de acordo com a maioria das investigações científicas, como causa antropogênica do aquecimento global.

Discutido e negociado em Quioto no Japão em 1997, foi aberto para assinaturas em 11 de Dezembro de 1997 e ratificado em 15 de março de 1999. Sendo que para este entrar em vigor precisou que 55% dos países, que juntos, produzem 55% das emissões, o ratificassem, assim entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005, depois que a Rússia o ratificou em Novembro de 2004.

Por ele se propõe um calendário pelo qual os países-membros (principalmente os desenvolvidos) têm a obrigação de reduzir a emissão de gases do efeito estufa em, pelo menos, 5,2% em relação aos níveis de 1990 no período entre 2008 e 2012, também chamado de primeiro período de compromisso (para muitos países, como os membros da UE, isso corresponde a 15% abaixo das emissões esperadas para 2008).

As metas de redução não são homogêneas a todos os países, colocando níveis diferenciados para os 38 países que mais emitem gases. Países em franco desenvolvimento (como Brasil, México, Argentina e Índia) não receberam metas de redução, pelo menos momentaneamente.

A redução dessas emissões deverá acontecer em várias atividades econômicas. O protocolo estimula os países signatários a cooperarem entre si, através de algumas ações básicas:

- Reformar os setores de energia e transportes;
- Promover o uso de fontes energéticas renováveis;
- Eliminar mecanismos financeiros e de mercado inapropriados aos fins da Convenção;

- Limitar as emissões de metano no gerenciamento de resíduos e dos sistemas energéticos;
- Proteger florestas e outros sumidouros de carbono.

Se o Protocolo de Quioto for implementado com sucesso, estima-se que a temperatura global reduza entre 1,4°C e 5,8 °C até 2100, entretanto, isto dependerá muito das negociações pós período 2008/2012, pois há comunidades científicas que afirmam categoricamente que a meta de redução de 5% em relação aos níveis de 1990 é insuficiente para a mitigação do aquecimento global.

Estados Unidos e o Protocolo de Quioto

Os Estados Unidos negaram-se a ratificar o Protocolo de Quioto, de acordo com a alegação do ex-presidente George W. Bush de que os compromissos acarretados por tal protocolo interfeririam negativamente na economia norte-americana.

A Casa Branca também questiona a teoria de que os poluentes emitidos pelo homem causem a elevação da temperatura da Terra.

Mesmo o governo dos Estados Unidos não assinando o Protocolo de Quioto, alguns municípios, Estados (Califórnia) e donos de indústrias do nordeste dos Estados Unidos já começaram a pesquisar maneiras para reduzir a emissão de gases promotores do efeito estufa — tentando, por sua vez, não diminuir sua margem de lucro com essa atitude.

Protocolo de Annapolis

Protocolo de Annapolis diz respeito ao lançamento de esgotos sanitários no mar e, portanto, tem a ver com os projetos de emissários submarinos. Semelhante a ele é o Protocolo de Quioto que regula a emissão de poluentes na atmosfera.

A Organização Mundial de Saúde, com o patrocínio solidário da USEPA, publicou em 1999, o "Protocolo de Annapolis", inserido em uma série de documentos denominada como Proteção do Meio Ambiente do Homem - Água, Saneamento e Saúde. Este documento oficial da OMS e USEPA comenta, em seu texto, os sistemas de disposição de esgotos sanitários que empregam emissários submarinos longos, nos seguintes termos:

"Assume-se que emissários submarinos longos são aqueles convenientemente projetados, em termos de sua extensão e profundidade de descarga, de forma a assegurar uma baixa probabilidade da pluma de mistura esgotos / águas marinhas vir a atingir as zonas locais de balneabilidade. Nestas condições, um emissário longo apresenta-se como uma alternativa de muito baixo risco para a saúde humana, na qual é improvável que um banhista venha a ter contato físico com esgotos sanitários, sejam tratados ou brutos."

Rio 92

A ECO-92, Rio-92, Cúpula ou Cimeira da Terra são nomes pelos quais é mais conhecida a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada entre 3 e 14 de junho de 1992 no Rio de Janeiro. O seu objetivo principal era buscar meios de conciliar o desenvolvimento sócio-econômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra.

A Conferência do Rio consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável e contribuiu para a mais ampla conscientização de que os danos ao meio ambiente eram majoritariamente de responsabilidade dos países desenvolvidos. Reconheceu-se, ao mesmo tempo, a necessidade de os países em desenvolvimento receberem apoio financeiro e tecnológico para avançarem na direção do desenvolvimento sustentável.

Naquele momento, a posição dos países em desenvolvimento tornou-se mais bem estruturada e o ambiente político internacional favoreceu a aceitação pelos países desenvolvidos de princípios como o das responsabilidades comuns, mas diferenciadas. A mudança de percepção com relação à complexidade do tema deu-se de forma muito clara nas negociações diplomáticas, apesar de seu impacto ter sido menor do ponto de vista da opinião pública.

Convenção da Biodiversidade

A Convenção da Biodiversidade foi o acordo aprovado durante a RIO-92, por 156 países e uma organização de integração econômica regional. Foi ratificada pelo Congresso Nacional Brasileiro e entrou em vigor no final de dezembro de 1993.

Os objetivos da convenção são a conservação da biodiversidade, o uso sustentável de seus componentes e a divisão equitativa e justa dos benefícios gerados com a utilização de recursos genéticos.

Neste documento destaca-se o "Protocolo de Biosegurança", que permite que países deixem de importar produtos que contenham organismos geneticamente modificados. Dos 175 países signatários da Agenda 21, 168 confirmaram sua posição de respeitar a Convenção sobre Biodiversidade.

Temas e desenvolvimentos

- Camada de ozônio: A Eco-92 embasou eventos como a conferência em Kyoto no Japão, em 1997, que deu origem ao Protocolo de Quioto, no qual a maioria das nações concordou em reduzir as emissões de gases que ameaçam a camada de ozônio.
- Ar e água: um congresso da ONU em Estocolmo em 2001, adotou um tratado para controlar 12 substâncias químicas organocloradas. Destinada a melhorar a qualidade do ar e da água, a convenção sobre Poluentes Orgânicos Persistentes pede a restrição ou eliminação de oito substâncias químicas como clordano, DDT e os PCBs.
- Transporte alternativo: os automóveis híbridos, movidos a gasolina e a energia elétrica, já reduzem as emissões de dióxido de carbono no Japão, na Europa e nos Estados Unidos.
- Ecoturismo: com um crescimento anual estimado em 30%, o ecoturismo incentivou governos a proteger áreas naturais e culturas tradicionais.
- Redução do desperdício: empresas adotam programas de reutilização e Redução, como acontecia com as garrafas de PET no Brasil antes que as empresas fossem taxadas com impostos sobre sua compra dos catadores de lixo.
- Redução da chuva ácida: na década de 1980 os países desenvolvidos começaram a limitar as emissões de dióxido de enxofre, lançado por usinas movidas a carvão. A Alemanha adotou um sistema obrigatório de geração doméstica de energia através de célula fotoelétrica.

Rio +10

Dez anos após a ECO-92, a ONU realizou a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a chamada Rio+10 ou conferência de Joanesburgo.

O objetivo principal da Conferência seria rever as metas propostas pela Agenda 21 e direcionar as realizações às áreas que requerem um esforço adicional para sua implementação, porém, o evento tomou outro direcionamento, voltado para debater quase que exclusivamente os problemas de cunho social.

Houve também a formação de blocos de países que quiseram defender exclusivamente seus interesses, sob a liderança dos EUA.

Tinha-se a expectativa de que essa nova Conferência Mundial levaria à definição de um plano de ação global, capaz de conciliar as necessidades legítimas de desenvolvimento econômico e social da humanidade, com a obrigação de manter o planeta habitável para as gerações futuras. Porém, os resultados foram frustrados, principalmente, pelos poucos resultados práticos alcançados em Joanesburgo. Em síntese, pode-se dizer que houve:

- Discussão em torno apenas dos problemas sociais.
- Muitos países apresentaram propostas concretas, porém, não saíram do papel – caso Agenda 21.
- Diversidade de opiniões e posturas, muitas vezes conflitantes.
- Maior participação da sociedade civil e suas organizações.
- Formação de grupos para defender seus interesses.
- O Brasil teve uma importante iniciativa Iniciativa Latino americana e Caribenha para o DS – ILAC e,
- Iniciativa de Energia – global

Conclusões: A vanguarda ambientalista elencou centenas de propostas para os 21 objetivos da Agenda. Entre elas figuram universalizar o saneamento básico nos próximos dez anos, implantar redes de metrô e trens rápidos nas grandes aglomerações, democratizar a Justiça, universalizar o ensino em tempo integral e reestruturar o Proálcool, desvinculado dos interesses do velho setor sucroalcooleiro.

Bolsa do Clima de Chicago (do inglês Chicago Climate Exchange, conhecida também por sua sigla CCX) é uma bolsa auto-regulável constituída sob as leis norte-americanas e com sede neste mesmo país, na cidade de Chicago.

Bolsa do Clima de Chicago

A CCX foi a primeira do mundo a negociar reduções certificadas de emissões de gases do efeito estufa (GEE) no mercado voluntário, tendo iniciado suas atividades em outubro de 2003. A CCX é auditada e acompanhada pelos mesmos organismos e autoridades que realizam essas tarefas no mercado financeiro americano, incluindo a CBOT - Chicago Board of Trade e a New York Stock Exchange.

As empresas associadas à CCX comprometeram-se a diminuir em 4% as emissões de GEE, em relação aos níveis emitidos em 1998, até o ano de 2006 a CCX prevê que as empresas que alcançarem a meta receberão créditos que podem ser negociados com outras empresas.